

## Comissão debate critérios das linhas de transmissão

Os critérios adotados pelo Executivo na implantação das linhas de transmissão, sobretudo as voltadas para pequenas hidrelétricas, serão debatidos hoje, em audiência pública, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Para Valter Pereira, que requereu a audiência, os problemas das pequenas usinas revelam deficiência de gestão. **5**

## Dê a sua opinião sobre o fim dos fumódromos **2**

# Pauta é trancada por medida que destina a ministérios R\$ 742 mi

Propostas, como a chamada PEC da Juventude e a que facilita o divórcio, aguardam liberação de votações em Plenário

A pauta da sessão deliberativa de hoje está trancada por medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 742 milhões para os ministérios da Agricultura, da Educação, da Saúde,

dos Transportes e da Integração Nacional. Os recursos destinam-se ao atendimento de vítimas das chuvas e inundações nas regiões Sul e Sudeste e da estiagem no Nordeste, bem como à reconstrução da infra-

estrutura das áreas afetadas. Entre as matérias que dependem da liberação da pauta, estão a que cria facilidades para obtenção do divórcio e a que estabelece medidas de proteção aos jovens. **3**

## Casagrande e Simon querem votar *royalties* já

Os senadores Pedro Simon e Renato Casagrande rejeitam a proposta do líder do governo, Romero Jucá, de deixar para depois das eleições a votação sobre a divisão dos *royalties* do petróleo. Gim Argello já concluiu o relatório sobre o projeto que cria a Petro-Sal. Edison Lobão poderá relatar o projeto que cria o Fundo Social do pré-sal. **7**

## Educação pede aplicação de 10% do PIB **4**



ElizaFiúza/ABr

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do *Jornal do Senado* de amanhã, 7 de abril.

Centrais sindicais afirmam que o INSS está deixando trabalhadores sem sustento porque, ainda incapazes de voltar à ativa, ficam sem receber benefício e salário

*especial*  
**Cidadania**

## Sindicatos querem acabar com alta programada para auxílio-doença

O procedimento adotado pelo INSS desde 2005 tem sido criticado porque, ao eliminar uma segun-

da perícia médica, prejudica muitos segurados que ainda não estão prontos para voltar ao trabalho. **8**

Enquete da Agência Senado indaga sobre posição a respeito de projeto de Tião Viana que proíbe fumar em locais coletivos fechados, públicos ou privados

# Internauta pode opinar sobre fim dos fumódromos

A PROIBIÇÃO DE fumar em recintos coletivos fechados, públicos ou privados, de que trata projeto de lei do Senado é o tema da enquete realizada no mês de abril na página da Agência Senado. O internauta

poderá responder à pergunta "Você é favorável ou contrário ao projeto (PLS 315/08) que proíbe o fumo em todos os locais públicos fechados do país?".

De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), a proposta foi

aprovada recentemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pela senadora Marina Silva (PV-AC), e agora tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais

(CAS). Se aprovada, deixarão de existir, em todo o país, os chamados fumódromos, áreas em bares e restaurantes em que o fumo é permitido.

Leis com proibição semelhante vêm sendo adotadas em

alguns estados e municípios.

A enquete de março quis saber do internauta sua opinião sobre o projeto que regulamenta a ortotanásia (PLS 524/09). O resultado final será divulgado na próxima semana.



Fumantes dividem espaço com não fumantes em bar de Brasília: projeto amplia a repressão ao tabaco

## Projeto de lei acaba com áreas para fumantes

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 315/08 proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro tipo de produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em ambiente fechado, público ou privado. A proposta define recinto coletivo como local coberto e fechado, total ou parcialmente, em dois ou mais lados, de forma permanente ou provisória, onde haja circulação de pessoas. Um dos efeitos da medida é o fim dos chamados fumódromos – áreas em bares e restaurantes onde fumar é permitido.

Do senador Tião Viana (PT-AC), o projeto tramita em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e recebeu parecer favorável com uma emenda, da senadora Marina Silva (PV-AC), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi apensada a outros dois projetos que tratam do mesmo assunto: PLS 420/05 e PLS 316/08, de Magno Malta (PR-ES) e Romero Jucá

(PMDB-RR), respectivamente.

O projeto altera o artigo 2º da Lei 9.294/96, que trata das restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. A proposta do senador simplesmente generaliza a proibição para locais públicos e privados, retirando a expressão "salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente". Tião Viana diz que o projeto contribuirá para a melhoria do nível de saúde dos brasileiros.

Segundo ele, grande número de países tem aprovado medidas semelhantes, tendo em vista que "não existem meios técnicos eficazes para proteger os não fumantes e, principalmente, os trabalhadores que labutam nesses ambientes da ação dos poluentes que decorrem da queima de tabaco".

A polémica sobre a proposta de acabar com fumódromos começou após o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, fazer uma defesa pública do PLS 315/08 na CCJ e de Marina Silva ler seu parecer.



Segundo Viana, proposta contribuirá para melhorar nível de saúde dos brasileiros

## Conexão Senado tem novo horário

O programa *Conexão Senado* ontem começou mais cedo. O novo horário, às 7h, faz parte da estratégia da Rádio Senado de atingir um público diferenciado, que ouve rádio no início da manhã e que se desloca para o trabalho, escolas e universidades. O *Conexão Senado* também ganhou mais meia hora de transmissão, terminando às 8h30, hora em que algumas comissões do Senado Federal já começam a trabalhar.

Durante o programa, são

apresentados os assuntos em destaque no Senado ao longo do dia, entrevistas com senadores e especialistas e comentários sobre política, economia e temas internacionais. A apresentação do *Conexão Senado* é do jornalista Jefferson Dalmoro.

Por conta dessa mudança de horário, os programas que eram veiculados na faixa das 7h30 saem da grade da emissora, como o *Senado Economia*, o *Estação da Mídia*, o *Pergunte ao Doutor*, o

*Sintonia Ambiental*, o *Visão Política* e o *Viver da Terra*.

Os programas *Comentário Econômico* – que também sai do horário habitual, às 11h de segunda-feira e às 15h das sextas-feiras – e *Comentário Internacional*, regularmente veiculado às sextas-feiras às 15h, passam a compor blocos do *Conexão Senado* toda quinta e sexta-feira, respectivamente.

O mesmo vai ocorrer com o programa *Senado Economia*, às segundas-feiras.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Caatinga como patrimônio nacional

14h O Plenário realiza sessão deliberativa. Os senadores analisam proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

### Presidência Licença-maternidade de seis meses

16h O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 11h, do lançamento da campanha "Licença-maternidade de seis meses – agora é a vez da empresa", e também do lançamento, às 19h, do livro *Amazônia, patrimônio universal?*, de autoria do ex-senador Jarbas Passarinho. Além disso, preside a ordem do dia do Plenário.

### CRA Pequenas centrais hidrelétricas

9h30 A comissão debate critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente as voltadas para as pequenas centrais hidrelétricas. Foram convidados, entre outros, Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e Nelson José Hübner, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### CMA Preços de obras públicas

9h30 A comissão discute parâmetros de preços utilizados para as obras públicas. Estão convidados, entre outros, Sílvio Figueiredo Mourão, coordenador-geral de Custos de Infraestrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), e André Luiz Mendes, secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU).

### CAE Pagamento de dívida com o Fies

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos é projeto que altera a Lei 10.260/01, que condiciona a amortização de dívida junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Física.

### Campanha Seis meses de licença para mães

11h Lançamento da campanha "Licença-maternidade de seis meses – agora é a vez da empresa", de iniciativa da senadora Patrícia Saboya. Sala de audiências da Presidência do Senado.

### CE Criação de nova agência reguladora

11h Proposta que autoriza o Executivo a criar a Agência Nacional para Avaliação Escolar está incluída na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Entre as outras 19 proposições que integram a agenda da comissão, está projeto que regulamenta a prática de esportes radicais no país.

### CPI da Pedofilia Análise de requerimentos

11h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza reunião administrativa para o exame de requerimentos.

### CRE Posição brasileira sobre Irã

14h30 Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, é o convidado da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prestar esclarecimentos sobre o posicionamento do Brasil em relação ao programa nuclear do Irã. Ele também deverá falar sobre acordo entre os governos do Brasil e da França relativo à cooperação na área da defesa.

### MP Mudanças na estrutura administrativa

15h30 Instalação da comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória 483/10, que altera as leis 10.683/03 (sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios) e 8.745/93 (sobre contratação por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público). A reunião é destinada à eleição do presidente e do vice-presidente e à indicação do relator.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Papaléo pede aprovação de projetos sobre aposentadorias

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem a aprovação dos projetos em exame na Câmara dos Deputados que beneficiam os aposentados. Ele ressaltou o que acaba com o fator previdenciário (PL 3.299/08); o que recompõe as aposentadorias, garantindo-lhes equivalência com o mesmo número de salários mínimos da época de sua concessão (PL 4.434/08); e o PL 01/07, ao qual

o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou emenda reajustando as aposentadorias e pensões pelo mesmo índice concedido ao salário mínimo.

– O Brasil, embora tenha avançado na proteção à criança e à terceira idade, ainda responde por débito altíssimo com essas faixas etárias; com aqueles que representam a promessa de futuro e os que contribuíram durante toda a vida para que chegássemos a um presente mais auspicioso, superior ao passado – afirmou.

Como forma de pressão sobre a Câmara para que agilize a votação dos projetos, Papaléo aceitou sugestão do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) de interromper a votação de propostas que estão na pauta do Senado até que a Câmara adote uma posição.

– Vamos cumprir com nossa obrigação – disse Papaléo, acrescentando que os senadores não podem deixar a Legislatura acabar sem que a Câmara tenha votado projetos que foram aprovados por unanimidade no Senado.



Papaléo cobra votação de propostas na Câmara antes do fim da legislatura

## Marco Maciel quer políticas para fortalecer economia do semiárido

A implantação de novas políticas públicas para incentivar a economia do semiárido foi defendida ontem pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), que anunciou seu apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC 51/03) que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Para Maciel, políticas públicas e de incentivo podem ajudar a acelerar a diminuição das desigualdades regionais brasileiras.

– Enquanto não conseguirmos estabelecer políticas públicas voltadas para o fim das desigualdades regionais, não teremos um país do qual possamos nos orgulhar – afirmou.

Marco Maciel disse que o semiárido compreende 1.135 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. A região abriga mais de 21 milhões de brasileiros e é caracterizado por clima com alta evapotranspiração (perda de água do solo por evaporação e perda de água da planta por transpiração), insolação média de 2.800 horas/ano e baixa e irregular precipitação pluviométrica, ou seja, chuvas extremamente irregulares.

### Juros menores

Com esse clima adverso, assinalou o senador, as atividades econômicas da região são prejudicadas, principalmente a agropecuária. Para ele, os bancos oficiais devem praticar juros mais baixos nos financiamentos dos produtores e proprietários rurais do semiárido, até mesmo porque a renda *per capita* da região fica bem abaixo da média nacional.

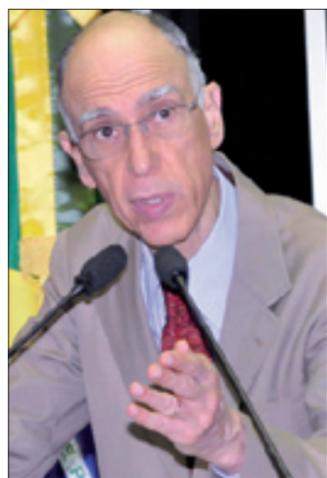
Marco Maciel também pediu

ao governo federal a liberação de mais recursos financeiros para projetos de irrigação das lavouras do semiárido, principalmente as de Pernambuco, o que ajuda a região a driblar a irregularidade pluviométrica.

– A situação não é apenas de Pernambuco, mas de outros estados do Nordeste, que também estão sofrendo e muito com a descontinuidade das obras de irrigação, sobretudo porque os tempos que estamos vivendo são tempos marcados por uma grande irregularidade climática – disse.

Uma das áreas que podem trazer grandes resultados para o semiárido é a exportação de frutas frescas, cujas vendas caíram 12,1% em 2009, devido aos reflexos da crise financeira internacional, disse o senador.

– O principal obstáculo para o crescimento das exportações, contudo, continua sendo o mesmo, infelizmente: o elevado custo Brasil, sobretudo no que se refere à logística de transportes. Exportar, sabemos, não é simples, é um desafio diário que exige uma boa gestão – afirmou o senador.



Marco Maciel: estados da região sofrem com paralisação de obras

Entre as propostas que dependem da liberação da ordem do dia para serem votadas, está a que facilita a concessão do divórcio e a que cria o Estatuto da Juventude



Daniel Castellano/Agência de Notícias GazetadaPovo

Recursos previstos na Medida Provisória 473/09 beneficiam populações vítimas das chuvas nas regiões Sul e Sudeste

## MP que destina crédito a ministérios tranca pauta

A PAUTA DA sessão deliberativa de hoje está trancada por medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 742 milhões aos ministérios da Agricultura, da Educação, da Saúde, dos Transportes, e da Integração Nacional. Na presidência da sessão, o senador Mão Santa (PSC-PI) anunciou a inclusão da MP 473/09 na ordem do dia, o que paralisará o exame de qualquer outra proposta até sua votação pelo Plenário.

Os recursos, segundo o Ministério do Planejamento, destinam-se ao atendimento de vítimas das chuvas e inundações nas regiões Sul e Sudeste e da estiagem no Nordeste, bem como à reconstrução da infraestrutura das áreas afetadas.

### Divórcio

Entre as matérias que dependem da liberação da pauta, está a proposta de emenda consti-

tucional que suprime requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou separação de fato por mais de dois anos para concessão do divórcio.

A PEC 28/09, já aprovada pela Câmara dos Deputados e em primeiro turno pelo Senado, tem como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO).

### PEC da Juventude

Outra proposta também aprovada pela Câmara que aguarda deliberação dos senadores é a chamada PEC da Juventude. Essa proposta, a ser votada em primeiro turno, altera o capítulo da Constituição que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso. A mudança inclui o jovem, que passaria a ser destinatário de uma série de políticas públicas de proteção. Uma das medidas previstas é a obrigação de a lei estabelecer o Estatuto da Juventude, destinado a regu-

lar os direitos dos jovens.

No parecer sobre a proposta, o então senador Expedito Júnior (PR-RO) observou que, além de satisfazer o critério da admissibilidade, a iniciativa apresenta inegável relevância social, por atingir diretamente quase 50 milhões de brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos.

Nesse universo, 34 milhões têm de 15 a 24 anos, “sendo eles os que mais sofrem com a falta de formação profissional e de acesso à cultura e ao lazer, realidade especialmente cruel nas periferias”, diz o relatório.

Na mesma faixa etária, conforme o relatório, também se encontra a parte da população nacional atingida pelos piores índices de desemprego, evasão escolar e mortes por homicídio, sem falar dos problemas relativos à sexualidade, ao abuso de drogas e ao envolvimento com a criminalidade.

## Comissão examina criação de prontuário eletrônico para pacientes do SUS

O primeiro projeto na agenda de 20 itens da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), que se reúne amanhã, prevê o uso de prontuário eletrônico para pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. Esse projeto (PLS 474/08) também exige que o SUS crie um cadastro nacional com dados de usuários, profissionais do setor e unidades de saúde, sejam públicas ou privadas.

O projeto da então senadora Roseana Sarney tem como relatora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS.

Também estão na pauta da comissão propostas que beneficiam os aposentados, como é o caso do PLS 56/09. Esse projeto de lei isenta das contribuições previdenciárias os aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social que continuem – ou voltem – a trabalhar em atividade abrangida por esse regime. O autor da proposta é Raimundo Colombo (DEM-SC). O relator, Paulo Duque (PMDB-RJ), apresentou seis emendas, uma das quais estende a isenção aos servidores públicos aposentados filiados a regime próprio.



Raimundo Colombo

Gerardo Viegas

## Projeto permite dedução no IR de instrução com dependentes até os 32 anos

A CAS também pode votar amanhã o PLS 145/09, que aumenta de 21 para 28 anos a idade dos dependentes cujas despesas podem ser deduzidas do Imposto de Renda.

O projeto do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) – relatado favoravelmente por Marisa Serrano (PSDB-MS) – também prevê que as deduções podem continuar até os 32 anos, se o dependente ainda estiver estudando em faculdade ou escola técnica de ensino médio.

Neuto de Conto explica que atualmente a idade de dependência dos filhos não termina mais logo após os 20 anos, mas ao redor dos 30 anos. Ele argumenta que uma das razões desse fenômeno é a maior exigência em relação à qualificação dos trabalhadores, que os obriga a ampliar sua vida acadêmica e, portanto, a retardar seu ingresso no mercado de trabalho. “Isso afeta a renda disponível do responsável, que é o fato gerador do Imposto de Renda”, conclui o senador.

Depois de votado na CAS, o projeto ainda terá de ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.



Neuto de Conto

Gerardo Viegas

Conferência pede aumento das verbas destinadas ao setor para 10% do PIB. Senadora cobra inclusão da proposta no novo plano nacional

# Fátima Cleide apoia reivindicações da educação

A SENADORA FÁTIMA Cleide (PT-RO) fez um balanço da Conferência Nacional de Educação, que na semana passada reuniu em Brasília 2.500 delegados, 600 observadores e 170 palestrantes de todo o país. Os conferencistas defenderam a aplicação de 10% do produto interno bruto (PIB) em educação, índice que hoje não alcançaria 6%, conforme a senadora.

Fátima Cleide informou que foram discutidos na conferência temas como o financiamento da educação, valorização dos professores e a criação de um sistema nacional articulado de ensino – no Brasil há cerca de 3.500 sistemas, já que os municípios atuam com independência na elaboração das diretrizes para o setor.

A senadora cobrou a inclusão da proposta no novo Plano Nacional de Educação, a ser elaborado pelo Congresso Nacional para vigorar no período de 2011 a 2020. Segundo ela, o plano atual, em vigor desde 2000, não passa de um conjunto de intenções em favor da melhoria do ensino.



Senadora Fátima Cleide (D) visitou a Conferência Nacional de Educação, que reuniu 2.500 delegados de todo o país, na semana passada, em Brasília

A senadora lamentou ainda que o piso salarial do magistério, aprovado pelo Legislativo e já transformado em lei, seja objeto de ação direta de inconstitucionalidade em análise no Supremo

Tribunal Federal (STF). O valor atual do piso é de R\$ 1.024.

Fátima Cleide, por fim, se solidarizou com os professores da rede pública de Rondônia, "recebidos pela polícia com socos,

pontapés, porretadas e *spray* de pimenta", quando buscavam abrir negociações com o governo para tentar encerrar uma greve que já dura vários dias.

Em aparte, o senador Cristo-

vam Buarque (PDT-DF) saudou a conferência e sugeriu a realização do evento a cada seis meses, como forma de observar o cumprimento das metas da educação pelo governo.

## Paim ressalta Dia Mundial pela Conscientização do Autismo

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem que na última sexta-feira foi comemorado o Dia Mundial pela Conscientização do Autismo, um transtorno que altera o comportamento de crianças e nem sempre é percebido pelos pais, professores e amigos.

Paim disse que está satisfeito por ter sido escolhido, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), como relator da proposta apresentada pela Associação em Defesa do Autista (Adefa). Segundo ele, o projeto prevê a criação de um sistema nacional integrado de atendimento à pessoa autista.

Marco Maciel (DEM-PE) disse, em aparte, que o Brasil está avançando no trato dessa disfunção, mas ainda é pre-



Senador lembra que transtorno nem sempre é reconhecido pelos pais

ciso conscientizar todos da importância de pesquisar tratamentos eficazes e que levem à cura do autismo.

### Garis

Paulo Paim também lembrou ter apresentado um projeto de lei (PLS 464/09) que fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido. De acordo com a proposta, o piso ficaria em R\$ 1.000, a partir de 1º

de janeiro de 2011.

O senador registrou ainda a realização, nos próximos dias 27 e 28, do Congresso Nacional dos Sindicatos dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) e demais entidades vinculadas ao Movimento União Caminhoneiro (MUBC).

## Marisa: só educação, esporte e cultura podem reduzir violência que atinge jovens

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou ontem que no dia 30 de março foi celebrado o Dia Mundial da Juventude. Para ela, apenas políticas públicas voltadas para a educação, esporte e cultura podem acabar com problemas que atingem a juventude, como a violência.

A senadora comentou o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, divulgado na semana passada pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), mostrando que há um número maior de jovens negros entre as vítimas de assassinatos, entre outros dados preocupantes.

- Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, houve queda de 9,7% nos homicídios de



Marisa Serrano destaca que violência está se interiorizando pelo Brasil

brancos e aumento de 85,9% nos de negros. Uma coisa absurda – disse.

Além disso, afirmou a senadora, pesquisas demonstram que a violência está se interiorizando pelo país. Ou seja, cresce nas pequenas cidades do interior brasileiro. Embora a taxa de homicídios em Campo Grande (MS) tenha diminuído 23,2% entre 1997 e 2007, pequenos municípios como Coronel

Sapuçaia estão entre os mais violentos do país. E a violência se concentra mais na faixa etária entre 15 e 24 anos, acrescentou.

Em apartes, Marco Maciel (DEM-PE) e Paulo Paim (PT-RS) elogiaram a qualidade do pronunciamento de Marisa.

## Comissão debate amanhã adoção de crianças haitianas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) marcou para amanhã, às 10h, uma audiência pública para debater a adoção de crianças haitianas por famílias brasileiras.

Serão discutidas medidas que possam facilitar processos de adoção de crianças que ficaram órfãs em decorrência do terremoto que atingiu o Haiti em janeiro último. A audiência foi proposta por diversos senadores, tendo como primeiro signatário o senador Magno Malta (PR-ES).

A lista de convidados para o debate inclui, entre outros, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP); o embaixador do Haiti, Idalbert Pierre-Jean; os deputados federais Francisco Rossi (PMDB-SP) e João Matos (PMDB-SC); a vereadora de Osasco (SP) Ana Paula Rossi (PMDB); a procuradora de Justiça Lúcia Maria Teixeira, do Rio de Janeiro; a desembargadora Conceição Mousnier, coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Rio de Janeiro; o promotor Carlos José Silva, da Vara da Infância e Juventude de Divinópolis (MG); e a psicóloga Neire de Souza Araújo.

## Fies: devedor poderá ter mais facilidade para quitar débito

Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje permite a quem fez uso de recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) quitar seus débitos apenas quando tiver rendimentos para tanto, comprovados na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

O projeto (PLS 530/07), de Cristovam Buarque (PDT-DF), recebeu parecer favorável do relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Pela legislação em vigor, a dívida do estudante deve ser quitada ao final do período de carência, 18 meses após o término do curso.

O projeto altera dispositivo da Lei 10.260/01, que regula o Fies, para estabelecer que o regime de amortização tenha início a qualquer tempo, por meio de desconto em folha de pagamento, no mês imediatamente subsequente àquele em que o estudante obtiver condições de recolhimento do IRPF. O texto, no entanto, manteve a possibilidade, assegurada pela legislação vigente, de o estudante financiado solicitar a amortização antecipada da dívida.

## Venda de meia-entrada pela internet deverá ser obrigatória

Sites que oferecem ingressos para eventos culturais pela internet podem ser obrigados a vender meia-entrada sem a exigência de prévia identificação ou cadastramento do comprador, prevê projeto em exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que pode ser votado hoje.

O PLC 35/09, do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ), estabelece que o comprador poderá adquirir ingressos e comprovar que faz jus ao benefício só no momento da entrada. Para evitar abusos, perderá o ingresso quem não apresentar a documentação exigida.

A proposta já foi aprovada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Na CMA, a matéria receberá decisão terminativa.

Também na pauta da comissão está projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que obriga fabricantes de produtos a credenciar pelo menos uma assistência técnica autorizada em municípios com mais de cem mil habitantes.



Pequena central hidrelétrica em Canoa Quebrada, no Ceará: problemas no setor têm grande relevância para o Brasil, conforme senador

“No afã de conseguir celeridade em obras, o governo acaba atropelando medidas extremamente necessárias como a avaliação socioeconômica que todas essas medidas exigem”, adverte Valter Pereira



Povoamento da Amazônia não afetou coração da floresta, afirma Jefferson

## Jefferson Praia elogia trabalho sobre Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) elogiou ontem o estudo *Um Projeto para a Amazônia no Século 21: Desafios e Contribuições*, por trazer uma visão de futuro para “o coração florestal da Amazônia, articulando o complexo urbano e o complexo verde”.

O trabalho elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia, disse o parlamentar, revela que o povoamento da Amazônia, até o momento, pouco afetou o coração da floresta, que permanece íntegro.

De acordo com os pesquisadores, mapas elaborados pelo IBGE representando a cobertura vegetal original da Amazônia e sua cobertura atual revelam claramente essa situação. Eles acrescentam que a defesa do coração florestal decorrerá de sua utilização inovadora, e não do seu isolamento produtivo, o que terá impacto no seu entorno.

Os pesquisadores argumentam que é possível iniciar um novo modelo que utilize o coração da floresta como capital natural com base em ciência e tecnologia. Seja pela construção de cadeias produtivas baseadas em elementos das florestas e das águas, seja pela valoração dos serviços produzidos pela natureza e pela população.

“Assim valorizado, o coração florestal terá condições de inverter o processo de povoamento regional, constituindo-se como uma plataforma produtiva inovadora, não só resistente à expansão da fronteira em movimento, mas, ao contrário do movimento atual, como capaz de originar um movimento inovador em direção às áreas mais densamente povoadas do seu vasto entorno”, argumentam os autores.

Redes de cidades, disse o senador, citando o estudo, constituirão um cordão de “blindagem flexível” do coração florestal.

A pesquisa aponta como crucial a revisão do atual quadro regulatório para esse setor como forma de alavancar e modernizar as suas atividades. Nesse sentido, assinalam os pesquisadores, caberia alertar o Serviço Florestal Brasileiro a não abrir concessões de exploração nas florestas nacionais localizadas no coração florestal, como está sendo iniciado.

O estudo aborda, ainda, a questão dos serviços ambientais para o desenvolvimento da Amazônia.

# Comissão debate critérios para linha de transmissão de pequena hidrelétrica

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza hoje audiência pública para debater os critérios adotados pelo governo na implantação de linhas de transmissão, especialmente as voltadas para as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Na semana passada, a ausência do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, levou ao adiamento do debate.

Autor do requerimento para a audiência, o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), também quer discutir decisões concernentes a empreendimentos em municípios do Mato Grosso



Valter Pereira aponta “falta de planejamento e transparência”

do Sul, como Chapadão do Sul.

De acordo com o senador, os problemas nas pequenas hidre-

létricas têm grande relevância não só para seu estado, mas para todo o Brasil, e revelam deficiência de gestão do governo.

– O que está acontecendo nas cidades de Chapadão do Sul e de Paraíso das Águas é reflexo da absoluta falta de planejamento e transparência nas ações do governo. No afã de conseguir celeridade em obras, o governo acaba atropelando medidas extremamente necessárias como a avaliação socioeconômica que todas essas medidas exigem – explicou o senador.

Na reunião da CRA, na última semana, Valter Pereira afirmou

que a ausência do presidente da EPE prejudicaria o debate e anunciou que, caso Tolmasquim não compareça à audiência de hoje, o ministro de Minas e Energia será chamado para o debate.

Além do presidente da Empresa de Pesquisa Energética, foram convidados, entre outros, Nelson José Hübner Moreira, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); José Carlos Herranz Yagüe, diretor das Linhas de Transmissão do Itatim Ltda; Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes, secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

## Infraestrutura deve ser estimulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) poderá ser alterada para estimular investimentos em infraestrutura e modernizar as administrações públicas. Proposta nesse sentido está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 243/09 – Complementar) modifica dois dispositivos da Lei Complementar 101/00. A primeira alteração amplia a capacidade de a empresa estatal que não dependa do Tesouro prestar garantia a suas subsidiárias e a empresas controladas por essa estatal.

Segundo o autor do projeto, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o objetivo é evitar interpretações que têm dificultado o apoio financeiro para investimentos, especialmente em infraestrutura, realizados por meio de empreendimentos conjuntos de empresas públicas e privadas.

A outra modificação visa dar aos estados e ao Distrito Federal o mesmo tratamento já dispensado pela LRF aos municípios, ao estender para esses dois entes a abrangência do apoio federal a iniciativas de modernização da gestão.



Projeto de Jereissati pode ser votado amanhã na CCJ

## Comissão discute a formação de preços nas obras públicas

Os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas serão discutidos em duas audiências públicas na Comissão de Fiscalização e Controle (CMA), por sugestão do senador Jefferson Praia (PDT-AM). O primeiro debate será hoje, às 9h30, e o segundo, daqui a uma semana, no mesmo horário.

Nas audiências, os senadores discutirão com especialistas as principais metodologias utilizadas no âmbito de formação de preços. Entre os procedimentos mais utilizados estão o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), utilizado pela Caixa Econômica Federal, e o Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), adotado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Jefferson Praia disse ser necessário aprimorar a utilização de metodologias para aperfeiçoar a formação de preços das obras públicas, o que vai gerar melhorias tanto no aspecto legal quanto na gestão das obras.

Responsável pelo controle externo do governo, lembrou Praia, o Congresso tem responsabilidade na aplicação eficiente dos recursos públicos. E por isso precisa incentivar a adoção de medidas que tornem mais eficiente a gestão desse dinheiro.

Devem participar do debate de hoje o coordenador-geral de Custos de Infraestrutura do Dnit, Sílvio Figueiredo Mourão; o secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luiz Mendes; o presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Cezar Augusto Pinto Motta; e o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Luiz Fernando Santos Reis.

## Pena maior para crimes de concorrência desleal está na pauta da CCJ

A ampliação da atual pena de três meses a um ano, para de um a quatro anos, em relação aos crimes de concorrência desleal está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã, em decisão terminativa. O PLS 171/09, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), também prevê que o juiz poderá optar pela aplicação de multa, levando-se em consideração o dano causado pela conduta criminosa.

O objetivo é retirar o teto atualmente estipulado pela lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (Lei 9.279/96), de até 360 salários mínimos – considerado baixo por Raupp. Ele defende seguir o artigo 44 do Código Penal, que não prevê máximo valor previsto. Ainda pelo projeto, o valor pago deverá ser deduzido do apurado em futura ação civil de reparação, a ser movida pela vítima contra o autor do crime.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relator da matéria na CCJ, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apresentou voto pela aprovação da matéria.



Raupp propõe também multas ainda mais pesadas

Senador tem proposta mais abrangente para impedir que condenados possam concorrer às eleições, mas anunciou que apoiará texto elaborado na Câmara para que a medida entre em vigor o mais breve possível

# Simon desiste de emendar projeto Ficha Limpa para acelerar votação

SE AS PREVISÕES se confirmarem e a Câmara dos Deputados aprovar esta semana o projeto conhecido como Ficha Limpa (PLC 518/09) – iniciativa popular que reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas –, o país dará um passo decisivo em direção a uma política mais ética. A análise é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que não vai apresentar emendas quando a proposta chegar ao Senado, para evitar que ela retorne à Câmara para nova votação.

– Não é o projeto original defendido pelas mais de 1,5 milhão de assinaturas, mas é um projeto importante. As lideranças se reuniram e chegaram a um entendimento. Isso é um avanço importante. Não é, como eu gostaria que fosse, o texto inicial que estabelecia, dentro do processo de Ficha Limpa, que uma primeira condenação já determinaria que o cidadão não poderia ser candidato – afirmou Pedro Simon.

A Câmara deverá deliberar sobre o



Simon: projeto não é o ideal, mas será um passo importante para moralizar política no país

substituto do deputado Índio da Costa (DEM-RJ), que determina a inelegibilidade dos candidatos condenados por um órgão colegiado, independentemente da instância. O texto original impedia de disputar eleições qualquer pessoa condenada em primeira instância. O relator

alterou essa exigência sob a justificativa de evitar perseguições políticas.

Para Simon, o ideal seria o Congresso aprovar projeto de sua autoria, o PL 249/08, que, além de determinar a inelegibilidade dos que foram condenados em primeira ou única instância, estabelece a preferência no julgamento dos processos envolvendo esses candidatos que sofreram condenação. Se a proposição estivesse em vigor, exemplificou Simon, os candidatos envolvidos no caso conhecido como mensalão teriam que ser julgados até a data da eleição. Caso isso não ocorresse, os eleitos teriam de ser absolvidos ou condenados até a data da posse.

Vários senadores apartearam para elogiar o discurso de Simon, como Marisa Serrano (PSDB-MS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Alvaro Dias (PSDB-PR), que pediu ao Judiciário que priorize os processos em andamento envolvendo pessoas que disputarão as próximas eleições.

## Alvaro ressalta discurso com que José Serra se despediu do governo

Alvaro Dias (PSDB-PR) leu em Plenário ontem trechos do discurso do ex-governador de São Paulo José Serra feito ao deixar o governo para candidatar-se à Presidência da República. Segundo ele, Serra teve um mandato profícuo e mostrou ser “um realizador que deixou sua marca com uma gestão eficiente no governo de São Paulo”.

O senador destacou “palavras-chave” do discurso, como caráter, honra, história, planejamento, mérito e democracia. Para Alvaro Dias, são “palavras essenciais de um discurso que mostra o perfil de quem pode ser presidente da República”.

– Serra é um formulador, grande formador de equipe, descentralizador, com uma notável experiência administrativa que tem como suporte, sobretudo, os valores da eficiência técnica, mas nesse discurso ele revela a sua sensibilidade humana – disse o senador.



Para Alvaro Dias, palavras de Serra mostram o perfil de quem pode ser presidente da República



Geraldo Mesquita Júnior acusa governos federal e estadual por desestímulo à produção de alimentos

## “Sacola da vergonha” mostra dependência do Acre, diz Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apresentou o que chamou de “sacola da vergonha”, com arroz, feijão e leite comprados em um supermercado do Acre e produzidos em outros estados. Ele acusou os governos federal e estadual por não incentivarem a produção de alimentos e de perseguir os pequenos proprietários “por qualquer árvore cortada”, enquanto “finge que não vê as grandes madeiras cortando floresta”.

– O governo federal e os grupos que estão no poder no estado há quase 14 anos viraram as costas para os pequenos e médios produtores. Não há crédito para eles. Vi na televisão um empresário dizer que tem sido obrigado a pagar o dobro pelo frete para receber mercadorias, porque o Acre hoje não exporta nada. O caminhão só vai até o estado para entregar mercadorias e volta vazio – lamentou.

## “Enganaram os velhinhos”, afirma Mão Santa

O senador Mão Santa (PSC-PI) acusou os bancos de enganarem aposentados e pensionistas com empréstimos consignados cujas prestações reduziram em 40% os benefícios pagos pelo INSS, “já achatados com a aplicação do fator previdenciário”. Ontem ele disse ainda que o governo agiu como “a mãe dos banqueiros”, que teriam feito propaganda enganosa.

– Os banqueiros fizeram umas letrinhas pequenas, que não puderam ser lidas pelos velhinhos, que têm hipermetropia [vista cansada] – afirmou.

Com o apoio dos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou pedido de verificação de quórum nas sessões deliberativas do Senado até que a Câmara vote propostas em favor dos aposentados, como o fim do fator previdenciário (PLS 296/03).



Mão Santa acusa governo federal de ter feito vista grossa a propaganda enganosa dos bancos

## Vannuchi fala a seis comissões sobre plano de direitos humanos

O ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, participa na quinta-feira de audiência pública que reúne seis comissões permanentes do Senado. Ele vai falar sobre o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que, entre outras medidas, cria a Comissão Nacional da Verdade para investigar a violação de direitos humanos durante a ditadura militar. O plano também apoia a aprovação de projeto que descriminaliza o aborto, além de prever o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a cassação de concessão de emissoras de rádio e de televisão que transmitirem programas que violem os direitos humanos.

## Isenção de IPI em veículos para deficientes auditivos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje projeto de lei que estende aos deficientes auditivos a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóvel. Apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 646/07) terá decisão terminativa na comissão.

Crivella destaca que, desde 1995, de acordo com a Lei 8.989, as pessoas com deficiência são isentas do IPI na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional.

– Parece-nos incoerente que somente os deficientes auditivos não sejam beneficiados, uma vez que a dificuldade de integração à sociedade é penosa e notória – ressalta Crivella.

## Plano de saúde para doméstico poderá ser deduzido do IR

Quem pagar plano de saúde para seus empregados domésticos poderá deduzir esse gasto do Imposto de Renda Pessoa Física. A medida consta de projeto de lei (PLS 194/09) que pode ser apreciado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta é do senador César Borges (PR-BA) e será votada em decisão terminativa na CAE, onde tem voto favorável da relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

César Borges acredita que, além de beneficiar os domésticos, a medida ajudará a desafogar os hospitais públicos. Rosalba lembra que 6 milhões de pessoas fazem trabalho doméstico no Brasil, mas só 1,5 milhão tem carteira assinada.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geraldo Mesquita Júnior • Paulo Paim • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Pedro Simon e Renato Casagrande propõem mudança na distribuição dos *royalties* do petróleo aprovada pela Câmara dos Deputados



Casagrande (E) e Dornelles sugerem que recursos que caberiam ao governo federal sejam destinados a fundo especial para estados e municípios. Romero Jucá (D) quer discutir *royalties* só depois das eleições

## Casagrande e Simon querem votar *royalties* já

OS SENADORES PEDRO Simon (PMDB-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES) não aceitam a proposta do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), de deixar para depois das eleições a votação sobre a divisão dos *royalties*, que integra os projetos relativos à exploração do petróleo. Simon e Casagrande são autores de emendas que mudam proposição aprovada pelos deputados e retiram dinheiro do percentual que cabe ao governo federal para redistribuir a estados e municípios.

Para Simon, a proposta de Jucá retira do projeto o efeito das eleições: "Se ficar para depois, será fácil para o governo usar sua maioria e manter o projeto da forma que lhe interessa, mesmo que não seja o melhor para estados e municípios". Já Casagrande argumenta que todos os projetos do pré-sal

devem ser votados em conjunto. Foi a votação em separado que permitiu a vitória da Emenda Ibsen Pinheiro na Câmara dos Deputados, lembra ele.

A emenda de Casagrande, apresentada com Francisco Dornelles (PP-RJ), propõe a criação de um fundo especial para estados, municípios e Distrito Federal com a parte que caberia ao governo federal. Eles propõem ainda que o Fundo Social do pré-sal tenha 55% dos recursos, os estados e o Distrito Federal, 21,5%, e os municípios, 23%, com distribuição proporcional à dos fundos de participação de estados e municípios. A emenda de Simon estabelece que a União compensará as perdas dos estados produtores com a mudança do sistema de concessão para o de partilha (que acaba com as participações especiais) e com a redistribuição dos *royalties*.

## Relatório de Gim Argello aprova criação da Petro-Sal

O senador Gim Argello (PTB-DF) já tem pronto seu relatório sobre o projeto de lei que cria a empresa que vai gerir os contratos de exploração de petróleo na camada pré-sal (PLC 309/09). Relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gim fez apenas uma emenda – de redação – no texto aprovado pela Câmara. Ele sugere que a empresa seja denominada Petro-Sal Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, mudando o nome previsto no projeto original (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural Sociedade Anônima – Petro-Sal).

O PLS 309/09 é um dos quatro projetos do Executivo que tratam do pré-sal e o presidente da CAE, senador Garibaldi Alves Filho, ainda vai determinar a data da votação. Antes, será preciso apreciar um requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que adia a votação do projeto até que seja estabelecido o marco regulatório para o pré-sal, com a votação do PLC 16/10, que institui o regime de partilha para os contratos de exploração de petróleo. Gim Argello também é relator do requerimento de Tasso Jereissati e já apresentou voto contrário à sugestão do senador tucano.

O PLC 309/09 prevê que a nova empresa não atuará diretamente



Gim Argello só fez uma emenda, para mudar a razão social da empresa

te na exploração, terá sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, sendo encarregada da gestão dos contratos de partilha e do monitoramento da execução dos projetos de exploração.

A Petro-Sal deverá ter uma diretoria-executiva indicada pelo presidente da República e um conselho de administração com cinco membros. O tamanho do quadro técnico e de funcionários será definido pelo estatuto da empresa e contratado mediante concurso público.

A sociedade anônima será formada por ações ordinárias nominativas sob domínio integral da União – ou seja, o governo sempre exercerá o controle sobre a empresa.

## Lobão reassume mandato e relata projeto do Fundo Social

O senador Edison Lobão (PMDB-MA) reassume hoje seu mandato, depois de um período como ministro de Minas e Energia, e deverá ser indicado para relator do projeto de lei que institui o Fundo Social do pré-sal, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator indicado inicialmente, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), segundo disse à Agência Senado, vai ceder o encargo a Lobão como uma deferência, por ter sido ele ministro durante a elaboração dos quatro projetos do pré-sal.

O Fundo Social do pré-sal

deverá passar por outras comissões além da CAE e integra um conjunto de quatro proposições que alteram as regras de exploração do petróleo.

Junto com Lobão, três outros senadores reassumem seus mandatos hoje, depois de se desincompatibilizarem de cargos executivos para disputar as eleições de 3 de outubro: Alfredo Nascimento (PR-AM), que deixou o Ministério dos Transportes e vai disputar o governo do Amazonas; Hélio Costa (PMDB-MG), que saiu do Ministério das Comunicações e disputará o governo de Minas



Como ministro, Lobão participou da elaboração dos projetos do pré-sal

Gerais; e Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que deixou a Secretaria de Educação do Tocantins e disputará o Senado. Edison Lobão vai disputar uma cadeira no Senado pelo Maranhão.

## Consultoria debate marco regulatório do petróleo

"O novo marco regulatório do petróleo" é o tema do seminário que o Centro de Estudos da Consultoria do Senado promove nesta quinta-feira, das 15h às 17h, no auditório do Interlegis. Neste momento, sete comissões do Senado analisam os quatro projetos do Poder Executivo que estabelecem o marco regulatório para a exploração do petróleo na área do pré-sal.

A proposta mais polêmica refere-se à mudança no modo de exploração – que passaria do sistema de concessão para o de partilha – e à alteração na forma de distribuição dos *royalties*, que seriam vinculados a critérios de repartição dos fundos de participação de estados e municípios (FPE e FPM). Outro projeto polêmico trata da estruturação do Fundo Social do pré-sal, que poderia ter 5% dos recursos aplicados na recomposição das perdas de aposentadorias superiores a um salário mínimo.

Os senadores apresentaram 80 emendas às quatro propostas, sendo a maioria (54) ao PLC 16/10, que institui novas regras para a distribuição dos *royalties* e cria o regime de partilha para exploração do petróleo do pré-sal. O projeto que institui o Fundo Social (PLC 7/10) para combater a pobreza e os efeitos das mudanças

climáticas, além de incentivar ações nas áreas de educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia, recebeu 12 emendas.

Em terceiro lugar vem o PLC 309/09, que cria a Petro-Sal, empresa responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção e de comercialização do petróleo do pré-sal, com nove emendas. Por fim, o PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras para exploração das reservas do pré-sal, com cinco emendas.

Embora os quatro projetos tramitem em regime de urgência no Senado, o líder do governo na Casa, Romero Jucá, afirmou que a decisão sobre a distribuição dos *royalties* do pré-sal deverá ficar para depois das eleições.

As inscrições para o seminário deverão ser feitas por e-mail no endereço eletrônico [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br). Após a exposição dos consultores, a discussão será aberta ao público.



Mudança na distribuição dos *royalties* da exploração de petróleo é polêmica

# Sindicatos querem o fim da alta programada para auxílio-doença

Previdência Social hoje adota sistema em que segurado que fica doente tem data definida para voltar ao trabalho, sem passar por outra perícia médica. Como resultado, muita gente não se recupera a tempo e fica sem receber salário

ADOTADA DESDE AGOSTO de 2005 pela Previdência Social, a chamada alta programada do auxílio-doença já gerou uma avalanche de críticas das centrais sindicais e dos próprios senadores, além de pelo menos uma decisão judicial mandando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retomar o sistema anterior de concessão do benefício.

Hoje, a alta programa funciona assim: o trabalhador, quando adoecer, entra com o pedido de auxílio-doença no

INSS. Agenda e passa por uma perícia médica. Sai de lá com consulta marcada para quando se recuperar e data definida para voltar ao trabalho. Não passa por outra perícia médica que confirme se ele se restabeleceu de fato.

Com o procedimento, a previdência pretendia frear as distorções na concessão do benefício – terceirização dos peritos, fraudes e custos elevados –, mas seus efeitos colaterais têm atingido a saúde financeira dos trabalhadores. E desencadea-

ram uma avalanche de ações civis públicas, centralizadas por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na seção judiciária da Bahia, onde teve início a primeira delas (veja abaixo).

“Muitos trabalhadores ficam meses sem recursos para o seu sustento, porque há dificuldade para prorrogar o benefício, que exige nova perícia”, criticou o coordenador do Fórum Sindical de Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho.

As centrais sindicais apelaram ao Congresso. Em audiência

pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), articularam o apoio do Senado à emenda que pretendem incluir no projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), enviado à Câmara (PLS 302/07).

O projeto isenta os aposentados por invalidez com mais de 60 anos dos exames médico-periciais periódicos, exigidos para a manutenção do benefício. A emenda suspende o efeito do Decreto 5.844, de 13 de julho de 2006, que deu respaldo legal à alta programada.

## INSS corta auxílio a paciente com câncer

A briga na Justiça contra a alta programada chegou ao ponto de um juiz determinar a prisão de um médico perito do INSS. Foi o que aconteceu recentemente no Rio Grande do Sul. O advogado Pedro Dornelles, que assessora a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), relatou, durante audiência na CAS, que o juiz titular do 3º Juizado Especial Previdenciário de Porto Alegre, Ricardo Nüske, determinou a prisão do perito depois que realizou acareação com o médico do segurado. O paciente recebera alta do médico do INSS apesar de estar com câncer e poucos dias de vida. Segundo Dornelles, o segurado veio a falecer pouco tempo depois.

O senador Augusto Botelho (PT-RR), que foi médico perito do extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), defendeu que a “perícia médica precisa voltar a se humanizar”. Ele lembrou que o compromisso de todos os médicos é com o paciente: “Ninguém é peça de carro, que tem revisão programada. Para algumas patologias é possível se adotar a alta programada. Mas não para a maioria”. Já o senador Paulo Paim deixou claro que considera “um absurdo” a alta programada. A sua extinção é, segundo ele, um dos temas mais relevantes para os trabalhadores.

O presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Farroupilha, no interior gaúcho, Raul Herpich, que também é conselheiro da gerência executiva do INSS em Porto Alegre, disse que o grande problema é o represamento dos atendimentos. O segurado chega para a perícia com data marcada, não é atendido e fica a descoberto. Não consegue voltar ao trabalho nem receber o benefício do INSS. Além disso, o segurado enfrenta outra dificuldade: os peritos gaúchos se mobilizaram para reduzir o atendimento diário de 18 para 12 pessoas.

O médico perito que assessorou o Fórum Sindical dos Trabalhadores, Jefferson da Silva, criticou a “imperícia” do INSS e deu como exemplo seu próprio caso. Geriatra ligado à Sociedade Paulista de Medicina e especializado em dor, Silva contou que possui seis hérnias e seis parafusos na coluna e só obteve benefício do INSS por dois meses.

## Contenção das despesas

Número de auxílios-doença (previdenciários e por acidente de trabalho) emitidos\* anualmente está caindo desde a adoção da alta programada e do fim da terceirização dos peritos médicos do INSS



## Previdência recorre e decisão da Justiça não entra em vigor

Em outubro de 2009, a 14ª Vara da Justiça Federal na Bahia, encarregada, por decisão do STJ, de julgar as medidas urgentes nas ações contra a alta programada, determinou ao INSS a manutenção do pagamento do auxílio-doença até nova avaliação pericial nos casos em que o segurado pede prorrogação do benefício e nos decorrentes de acidente de trabalho. A Justiça estabeleceu prazo de 30 dias para que o INSS cumprisse a sentença, que é válida para todo território nacional.

Mas, segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Previdência Social, o instituto

recorreu, depois de ter sido notificado da decisão. O INSS pediu mais prazo para adaptar o sistema, que atualmente não permite essa prorrogação automática do benefício. Também de acordo com a assessoria, o INSS será obrigado a manter o benefício se a perícia para atender o pedido de prorrogação não ocorrer em 30 dias.

Há menos de um mês, a Justiça Federal concedeu prazo de 90 dias para o INSS adaptar o sistema. Enquanto isso, continua em vigor o Decreto 5.844, que instituiu a Data de Cessação do Benefício (DCB), conhecida como alta programada.

## O que é o auxílio-doença?

É o benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar, por doença ou acidente, por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador. A Previdência só paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. No caso do contribuinte individual (empresário, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria, entre outros), a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente.

Para ter direito ao benefício, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência por, no mínimo, 12

meses. Esse prazo não será exigido em caso de acidente de qualquer natureza. Para concessão de auxílio-doença é necessária a comprovação da incapacidade em exame realizado pela perícia médica da Previdência Social.

Sem o prazo mínimo de contribuição, terá direito ao benefício o segurado acometido de tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, doença de Paget em estágio avançado, Aids ou contaminação por radiação.

### Saiba mais

Ministério da Previdência Social  
[www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

Regulamento da Previdência Social  
[www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1999/3048.htm](http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1999/3048.htm)

Aumentam lesões e doenças do trabalho – Especial  
**Cidadania edição 275**

[www.senado.gov.br/jornal/noticia.asp?codEditoria=521&dataEdicaoVer=20090907&dataEdicaoAtual=20090921&nomeEditoria=Especial+Cidadania](http://www.senado.gov.br/jornal/noticia.asp?codEditoria=521&dataEdicaoVer=20090907&dataEdicaoAtual=20090921&nomeEditoria=Especial+Cidadania)

Central de Atendimento da Previdência  
Disque 135 - de segunda a sábado, das 7h às 22h.



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)